



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Caúla Reis*

061

HABEAS CORPUS Nº 201797-6 – BOM CONSELHO (Vara Única).

IMPETRANTES: Drs. Marcelo Flávio Tigre Barreto e Ydígoras Ribeiro Albuquerque Júnior.

PACIENTE: **Erivanlio Valeriano Gomes**.

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONVOCADA): Dra. Maria Helena da Fonte.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

**EMENTA:** Constitucional. Penal. Processual Penal. Habeas Corpus liberatório. Paciente denunciado pela prática dos delitos tipificados nos artigos 297, 304 e 288, todos do Código Penal, e no art. 16, da Lei nº 10.826/2003. Instrução encerrada. Súmula 52. Existência de um número elevado de réus, alargando as providências judiciais, justifica o trâmite mais demorado na ação. Só a desídia, o descaso, a morosidade inexplicável é que caracteriza o constrangimento ilegal, não o atraso decorrente de circunstâncias próprias da causa, que o legitimam plenamente. Precedentes do STJ. Indeferimento do pedido de liberdade provisória. Ameaça à ordem pública. Apreensão de expressiva quantidade de armas e munições. Pedido de extensão de benefício. Impossibilidade de apreciação, sob pena de supressão de instância. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 201797-6, da Vara Única da Comarca de Bom Conselho, em que figuram, como impetrantes, Drs. Marcelo Flávio Tigre Barreto e Ydígoras Ribeiro Albuquerque Júnior, e, como paciente, **Erivanlio Valeriano Gomes**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 16 de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar a ordem do presente habeas corpus, tudo consociante consta do relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife 16 de dezembro de 2009.

Des. Antônio de Melo e Lima  
Presidente em exercício

Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho  
Relator Substituto



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Caúla Reis*



062

HABEAS CORPUS Nº 201797-6 – BOM CONSELHO (Vara Única).

IMPETRANTES: Drs. Marcelo Flávio Tigre Barreto e Yágoras Ribeiro Albuquerque Júnior.

PACIENTE: **Erlvano Valeriano Gomes**.

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONVOCADA): Dra. Maria Helena da Fonte.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de pedido de ordem de habeas corpus liberatório, manejado pelos causídicos acima mencionados, requerendo a concessão do provimento urgencial, em favor de **Erlvano Valeriano Gomes**, qualificado às fls. 02 dos autos.

A autoridade indicada como coatora é o MM. Juiz de Direito da Comarca de Bom Conselho.

Sustentam os impetrantes, na exordial de fls. 02/11, em síntese, que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal, pois se encontra custodiado desde 19/07/2008, sem que tenha sido proferida sentença na Ação Penal a que responde perante aquele Juízo (processo nº 207.2008.000485-0), sob a alegação de prática das condutas descritas nos arts. 297, 304 e 288, todos do Código Penal, e no art. 16, da Lei nº 10.826/2003.

Por outro vértice, alegam que o paciente preenche os requisitos necessários à concessão da liberdade provisória e que o benefício pleiteado foi concedido a outros 2 (dois) dos co-denunciados, cuja situação processual é idêntica à do ora paciente.

A impetração veio acompanhada de documentos (fls. 20/23).

O pleito de liminar foi indeferido (fls. 32).

O Magistrado a quo prestou as informações solicitadas (fls. 45/46).

O Ministério Público, nesta Instância Superior, em o parecer da lavra da Dra. Maria Helena da Fonte, opinou pela denegação da ordem (fls. 55).

Este é o relatório.



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Cadia Reis*



063

---

**VOTO**

---

Conforme relatado, os impetrantes fundamentam o *writ* na alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, argumentando que o paciente encontra-se custodiado, há mais de Um (01) e quatro (04) meses, e, ainda, não fora sentenciado o Processo Crime nº **207.2008.000485-0**, a que responde perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Bom Conselho/PE.

Pleiteia, ainda, a concessão da ordem, a fim de que seja concedido ao paciente a liberdade provisória, benefício que já foi deferido na Instância a quo a dois dos co-denunciados, nas mesmas condições processuais.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante delito, e, posteriormente, denunciado, juntamente com **Francisco Eugênio dos Santos**, por infração ao delito tipificados nos artigos 297,304 e 288, parágrafo único, todos do Código Penal c/c o art. 16 da Lei nº 10.826/2003, sendo, ainda, denunciados **Reul Bezerra da Silva**, **Eljames Falcão Barbosa** e **Rosilma de Lima Costa**, apenas, como incurso nas sanções do artigo 288, parágrafo único, do Código Penal c/c o art. 16 da Lei nº 10.826/2003.

Instado a se manifestar sobre as alegações constantes da inicial, informa o Juiz impetrado, em síntese, que o processo a que responde **Erlvanio Valeriano Gomes** versa sobre matéria complexa, envolvendo uma quadrilha, com atuação entre os Estados de Pernambuco e Alagoas.

Aduz que, no veículo em que estava o paciente, a Polícia encontrou um verdadeiro arsenal, composto de armas de fogo de uso restrito das forças armadas e até uma sub-metralhadora UZI, além de mais de 200 cartuchos de munição, tendo o ora paciente, em Juízo, confessado a propriedade da referida sub-metralhadora, da pistola 'ponlo 40', da pistola 9mm, da pistola 380 e de um revólver calibre 38.

Por fim, justifica que, a despeito da complexidade do feito, contando com vários réus, alguns deles presos no Estado de Alagoas, a instrução criminal já foi concluída, não estando, ainda, sentenciado, por ter sido remetido ao Multirão Carcerário, somente retornando depois de quarenta(40) dias, exatamente, no meio da pauta do Júri.

Após analisar detidamente toda a documentação contida no presente *habeas corpus*, cuido que as argumentações nele contidas não socorrem ao paciente.



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Carla Reis*



064

Primeiramente, em face do que restou esclarecido pelo Juízo a quo, é possível concluir que a hipótese não configura constrangimento ilegal.

A hipótese é de aplicação da Súmula 52 do STJ: "**Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação do constrangimento por excesso de prazo**".

Demais disso, destaque-se que, a multiplicidade de réus, alguns deles presos fora do distrito da culpa, sempre são causas de retardo na marcha processual. Ademais, a natureza dos delitos imputados ao paciente, na maioria das vezes implica dificuldades para a colheita da prova, não podendo se considerar injustificada a demora da ação penal.

Não enxergo nos autos desídia, desinteresse da autoridade impetrada, motivo que ensejaria reconhecer o constrangimento indevido.

Sobre o assunto, vejam-se:

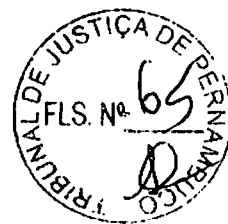
**"RHC - Crimes graves atribuídos a uma perigosa quadrilha - Denúncia contra quinze réus - Demora na tramitação do processo devidamente justificada - Excesso de prazo que não se reconhece. 1 - A existência de um número elevado de réus, alargando as providências judiciais, justifica o trâmite mais demorado na ação, reconhecendo-se o esforço do magistrado de primeiro grau em dar andamento rápido ao processo. 2. Só a desídia, o descaso, a morosidade inexplicável é que caracteriza o constrangimento ilegal, não o atraso decorrente de circunstâncias próprias da causa, que o legitimam plenamente. 3. Recurso Improvido. (STJ - RHC 7213/PB -- 6ª Turma, Rel. Min. Anselmo Santilago, DJU 18.5.98, p. 151)"**

**"STJ:Alinda que a lei processual estabeleça prazos mínimos para o encerramento da formação da culpa na hipótese de ação penal em que são denunciados réus sob custódia preventiva, a ultrapassagem desse prazo não constitui constrangimento ilegal, nos casos em que o processo, pelas suas peculiaridades, revela acentuada complexidade, seja pela pluralidade de réus, seja em face da colheita de provas. (RT 764/504)"**

Quanto ao argumento de ausência dos requisitos legais para decretação da custódia cautelar, o arsenal de armas e munições, apreendidos pela quadrilha da qual faz parte o paciente, segundo afirma a denúncia (fls.11/18), já representa sério perigo para a sociedade que fica



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Cadde Reis*



665

sob exposição direta de condutas delitivas como as descritas nos autos, justificando-se, assim, a necessidade de seu encarceramento para garantia da ordem pública.

Nesse passo, as alegadas condições favoráveis de primariedade, ocupação lícita, endereço fixo, não tem a capacidade de obstar a medida constritivo.

Por outro vértice, qualquer possibilidade de concessão da ordem, restou dirimida frente ao despacho de indeferimento de liberdade provisória, exarado pelo Mutirão Carcerário, obtido através da Pesquisa do Sistema Informatizado de Acompanhamento Processual do 1º Grau – Judwin do 1º Grau.

O referido decisum, cuja cópia foi acostada aos presentes autos, encontra-se assim vazado:

*(...) Trata-se de Pedido de Liberdade Provisória, formulado em favor de ERIVÂNIO VALERIANO GOMES, aduzindo que o réu é primário e goza de bons antecedentes criminais e tem ocupação definida, demonstrando desnecessária a segregação cautelar do requerente. Alega, também, excesso de prazo na formação da culpa.*

*O Ministério Público pugnou pelo indeferimento do pedido.*

*Decido.*

*Recebidos os presentes autos em face do Mutirão Judicial no Sistema Carcerário do Estado de Pernambuco, instituído através do Ato nº. 2149/2009 da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco.*

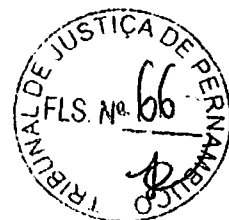
*O Ministério Público ofereceu denúncia contra o requerente e outros, pela prática do delito previsto no art. 297, 304 e 288, parágrafo único, do CPB e art. 16 da lei 10.826/2003.*

*O requerente foi preso em flagrante delito no dia 19/07/2008. Do contido nos autos, verifica-se que o requerente faz parte de uma quadrilha acostuada a praticar crimes bárbaros. O arsenal encontrado no poder dos denunciados, seria usado na prática de outros crimes.*

*Neste contexto, penso que o Pedido de Liberdade Provisória em apreço não deve ser deferido, uma vez que restou evidenciado que o requerente representa uma ameaça à ordem pública, caso posto em liberdade, porquanto se trata de pessoa perigosa, impondo-se a manutenção da sua custódia.*



*Podem Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Cadia Reis*



066

Diante disso, deve-se manter a prisão dos acusados, pois presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Por fim, vejo que a Instrução processual encontra-se encerrada, não configurando, portanto, excesso de prazo para a formação de culpa. O tema encontra-se sumulado. Vejamos:

Súmula 52/STJ: "Encerrada a Instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

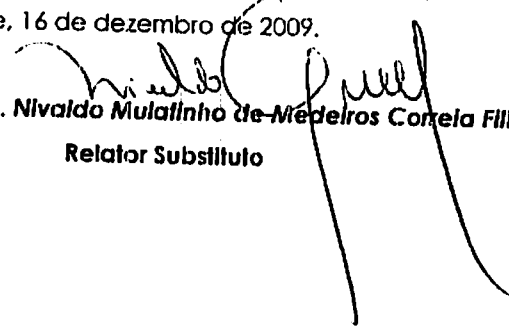
Isto Posto, Indefiro o Pedido e Liberdade Provisória em apreço. Devolvam-se aos autos ao Juízo de Origem, visando o regular prosseguimento do feito.

Cumpra-se."

Por fim, da documentação constante nos presentes autos, resta impossível constatar-se qualquer semelhança entre as situações processuais do paciente e do co-réu, que obteve o benefício da liberdade provisória, bem assim se restou requerido pleito de extensão de benefício perante o Juízo a quo,

Desta forma, a extensão de benefício em favor do ora paciente por esta Corte de Justiça configuraria evidente supressão de instância, por demandar apreciação de matérias não analisadas pelo Juízo do primeiro grau.

À vista de tais circunstâncias, meu voto é pela denegação da ordem.  
Recife, 16 de dezembro de 2009.

  
Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho  
Relator Substituto